

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM CRUZ ALTA
CURSO DE PEDAGOGIA**

JESSICA DA ROCHA ZEGARRA

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: análise de experiências no
formato remoto**

**CRUZ ALTA
2021**

JESSICA DA ROCHA ZEGARRA

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: análise de experiências no
formato remoto**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia na Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profª Me. Maria da Graça Prediger
Da Pieve

CRUZ ALTA

2021

Catálogo de Publicação na Fonte

Z44e Zegarra, Jessica da Rocha.

Educação infantil em tempos de pandemia: análise de experiências no formato remoto. / Jessica da Rocha Zegarra. – Cruz Alta, 2023.

44 f. il.

Orientador: Profª Me. Maria da Graça Prediger Da Pieve

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Cruz Alta, 2023.

1. Educação infantil. 2. Pedagogia. 3. Família. 4. Educação. 5. Educação. I. Da Pieve, Maria da Graça Prediger. II. Título.

JESSICA DA ROCHA ZEGARRA

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: análise de experiências no
formato remoto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia na Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Me. Maria da Graça Prediger Da Pieve
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

Prof. Dr^a. Maria Clara Ramos Nery
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

Prof. Dr^a. Armgard Lutz
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

CRUZ ALTA

2021

*Dedico
a Deus, aos meus pais, a minha irmã,
e principalmente, ao meu filho Davi da
Rocha Campestrini.*

*Agradeço a minha orientadora,
que me ajudou nessa longa jornada
e não desistiu em meu pior momento, enxergando em mim,
um potencial e a grande vontade em querer alcançar
uma carreira profissional melhor.*

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso “Educação infantil em tempos de pandemia: análise de experiências no formato remoto”, objetivou analisar experiências remotas organizadas na Educação Infantil, no contexto da pandemia da COVID-19, verificando as formas de organização, dificuldades encontradas bem como, resultados e conclusões. Classificou-se, metodologicamente, como pesquisa bibliográfica, de viés qualitativo, utilizando como instrumento para a coleta de dados fichas contendo informações e excertos sobre os artigos analisados. A sustentação teórica da pesquisa foi encontrada em Senhoras (2020), Gatti (2020), Vilela e Freitas (2015), nos artigos de Pereira (et al., 2021), Santos *et al.* (2021), Carvalho; Moura (2021), Bender et al. (2021), Santos; Oliveira (2021), bem como em documentos normativos do Ministério da Educação (BRASIL, 1996, 2009, 2018, 2020) e do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021). Como resultados e conclusão, após análise dos cinco artigos, ressalta-se: os recursos e plataformas utilizadas no ensino remoto foram basicamente os mesmos; houve a necessidade de formação dos professores relacionada ao uso dos recursos e das plataformas digitais; todas as experiências, evidenciaram as desigualdades sociais, econômicas e culturais entre as famílias e a dificuldade frente ao uso dos recursos tecnológicos e digitais para a realização e devolução das atividades. Isoladamente, destacaram a permanência dos recursos tecnológicos após o retorno presencial e a baixa qualidade do ensino remoto na Educação Infantil.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Pandemia. Ensino Remoto.

ABSTRACT

This Course Completion Paper “Early childhood education in times of pandemic: analysis of experiences in the remote format”, aimed to analyze remote experiences organized in Early Childhood Education, in the context of the COVID-19 pandemic, verifying the forms of organization, difficulties encountered as well as results and conclusions. Methodologically, it was classified as a bibliographical research, with a qualitative bias, using forms containing information and excerpts about the analyzed articles as an instrument for data collection. The theoretical support of the research was found in Senhoras (2020), Gatti (2020), Vilela and Freitas (2015), in the articles by Pereira (et al., 2021), SANTOS et al. (2021), Oak; Moura (2021), Bender et al. (2021), Santos; Oliveira (2021), as well as normative documents of the Ministry of Education (BRASIL, 1996, 2009, 2018, 2020) and the Ministry of Health (BRASIL, 2021). As results and conclusion, after analyzing the five articles, it is highlighted: the resources and platforms used in remote learning were basically the same; there was a need for teacher training related to the use of resources and digital platforms; all experiences showed social, economic and cultural inequalities between families and the difficulty in using technological and digital resources to carry out and return activities. In isolation, they highlighted the permanence of technological resources after the in-person return and the poor quality of remote teaching in Early Childhood Education.

Keywords: Early Childhood Education. Pandemic. Remote Teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 O Contexto da Pandemia da COVID-19: Mudanças na Sociedade e no Âmbito	13
2.2 A educação Infantil e o Ensino Remoto.....	17
2.2.1 A Educação Infantil: história e fundamentos legais.....	17
2.2.2 A Educação Infantil e o ensino remoto.....	20
3 METODOLOGIA	26
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	26
3.2 OBJETOS DA PESQUISA.....	26
3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	26
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	27
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso Investiga sobre o tema “Educação infantil em tempos de pandemia: análise de experiências no formato remoto”. Justifica-se o tema e o objeto da pesquisa pelo fato das mudanças radicais acontecidas em todos os setores da sociedade, em nível mundial, ocasionadas pela pandemia de COVID-19, detectada no mês de março de 2020, perdurando ainda, embora com menos intensidade, no atual momento, novembro de 2021 e, já com evidências de retorno à presencialidade.

De acordo com o Ministério da Saúde (2020), a COVID-19 trata-se de uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tendo como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. É uma doença que resulta em pequenas partículas expelidas do nariz ou da boca através de um espirro ou tosse, por exemplo, com sintomas transmissíveis que proliferam gradativamente para uma insuficiência respiratória (em casos mais graves), se tratados em tempo tardio.

Em todo o território brasileiro e no estado do Rio Grande do Sul não foi diferente, os governos instituíram decretos que promoveram a paralização total de todas as empresas, instituições, estabelecimentos e as redes de ensino públicas e privadas em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, recomendando medidas preventivas extremamente necessárias, como o isolamento social, a higienização das mãos com álcool em gel e o uso de máscaras, dentre outras medidas não menos importantes.

Assim, o fechamento das escolas foi preciso e a inserção de novas estratégias que promovesse a viabilidade das aulas, com a mesma qualidade do ensino presencial, foram aos poucos sendo adotadas através do ensino remoto, on-line ou impresso. As mudanças foram bruscas e, como já dito anteriormente, radicais, exigindo de todos, professores, estudantes e a própria família, novos conhecimentos e uma estrutura mínima para a oferta e a efetivação do ensino remoto através das tecnologias e aplicativos digitais.

Neste cenário tão grave, o professor também foi duramente impactado durante a pandemia, exigindo dele, novos conhecimentos, metodologias e o uso de recursos digitais para muitos desconhecidos. É justamente neste ponto que se justifica esta pesquisa: mudanças significativas no fazer pedagógico e nas novas e

outras estratégias de ensino, constituindo-se assim, em desafios, medos, incertezas e uma nova realidade para as escolas

Dessa forma e no microcontexto da Educação Infantil e da docência, que se impõe o seguinte problema da pesquisa: “como as redes ou escolas de Educação Infantil no contexto da pandemia da COVID-19, organizaram as suas experiências em diferentes regiões do Brasil?”.

A hipótese básica que será testada nesta pesquisa decorre de próprias vivências no contexto das escolas de Educação Infantil e de leituras prévias a artigos que indicam as transformações de toda uma estrutura educacional, iniciando com a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto, on-line ou impresso, formações on-line para o uso de tecnologias, práticas ainda tímidas e incertas e a constatação de que o papel da família é fundamental e imprescindível para a realização das atividades, devido a faixa etária dos estudantes da Educação Infantil. Ainda, como fator determinante, a falta de recursos tecnológicos da família para a realização de atividade remotas on-line.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em “analisar experiências remotas organizadas na Educação Infantil, no contexto da pandemia da COVID-19, verificando as formas de organização, dificuldades encontradas bem como, resultados e conclusões”.

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa pretendeu:

- a) Compreender, a partir de bibliografia concernente, o contexto da pandemia da COVID-19 e as mudanças ocorridas na sociedade e no âmbito educacional;
- b) Conhecer a especificidade da Educação Infantil no ensino remoto, a partir de determinações legais e de autores que se propuseram a investigar o tema;
- c) Verificar em diferentes experiências decorrentes do ensino remoto e apresentadas em artigos, as categorias de título do artigo, autores, objetivos, tipo de pesquisa, público alvo, formato das aulas, dificuldades, Resultados do ensino remoto, conclusão da pesquisa ou relato.

Os fundamentos teóricos necessários para a compreensão e atendimento ao problema da pesquisa foram encontrados em Senhoras (2020), Gatti (2020), Vilela e Freitas (2015), nos artigos de Pereira (et al., 2021), SANTOS *et al.* (2021), Carvalho;

Moura (2021), Bender et al. (2021), Santos; Oliveira (2021), bem como em documentos normativos do Ministério da Educação (BRASIL, 1996, 2009, 2018, 2020) e do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021).

Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se os pressupostos da pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003), encontrada em livros, monografias e artigos. Como objeto de estudo foram selecionados para análise, cinco artigos encontrados através de busca no Google Acadêmico, considerando publicações do ano de 2021 e de diferentes regiões ou estados do Brasil. Os artigos foram compilados e realizado o fichamento, obedecendo as categorias de título do artigo, autores, objetivos, tipo de trabalho, pesquisa ou relato de experiência, público alvo, dificuldades encontradas, resultados do ensino remoto e as conclusões, as quais, foram apresentados em formato de quadros. Optou-se pela análise qualitativa, encontrada em Maria Cecília de Souza Minayo (2002).

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, quais sejam: O primeiro capítulo apresenta a introdução; o segundo capítulo trata da sustentação teórica da pesquisa, apresentando os seguintes subcapítulos: o contexto da pandemia da covid-19: mudanças na sociedade e no âmbito educacional e, a Educação Infantil e o ensino remoto. O terceiro capítulo apresenta a questão metodológica da pesquisa e o quarto e quinto capítulos, respectivamente, expõem os resultados e as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentam-se as referências teóricas que fundamentaram a pesquisa, encontradas em autores, órgãos governamentais e artigos. Para entendimento do tema, apresenta-se inicialmente o contexto da pandemia da Covid-19: mudanças na sociedade e no âmbito educacional. Na sequência apresenta-se a Educação Infantil e o ensino remoto.

2.1 O CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: MUDANÇAS NA SOCIEDADE E NO ÂMBITO EDUCACIONAL

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), a Covid-19 trata-se de uma “infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”. O Vírus pode ser transmitido durante um aperto de mão, por meio da tosse, espirro e gotículas respiratórias contendo o vírus.

Pela definição do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), a Covid-19 possui efeitos de infecções respiratórias agudas, com potencial grave e de elevada transmissão e distribuição global. A transmissão classifica-se de três (3) formas: infecção por contato direto em um indivíduo positivado (denominado de transmissão por contato); exposição a gotículas respiratórias por meio de espirro ou tosse (denominada de transmissão de gotículas), principalmente pela falta de distanciamento controlado; exposição de gotículas menores suspensas pelo ar (denominado de transmissão por aerossol).

Ainda, de acordo com o Ministério da Saúde (Ibid., 2021), os sintomas são singulares para cada indivíduo e os casos podem ser classificados em: casos leves (febre, diarreia, calafrios, fadiga, dor de cabeça, dores musculares, coriza, perda do paladar e dor abdominal; casos moderados (tosse e febre persistente diária, fraqueza, falta de apetite, e diarreia); casos graves (síndrome respiratória aguda grave, pressão persistente no tórax ou saturação de oxigênio; coloração azulada de lábios ou rosto); casos críticos (resposta inflamatória, insuficiência respiratória grave, disfunção de múltiplos órgãos, pneumonia grave, necessidade de suporte respiratório e internações em unidades de terapia intensiva).

Quanto ao período de incubação, seu tempo estimado é de 14 dias e sua transmissibilidade é normalmente passada através de pessoas assintomáticas, ou pelo contato direto com indivíduos infectados, ou pela ação involuntária com contato direto em superfícies a qual outra pessoa tenha tocado no objeto (Ibid.; 2021).

Importante destacar que, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), o Brasil tem até o atual momento, seiscentos e doze mil (612.000) óbitos Rio Grande do Sul trinta e cinco mil, oitocentos e oito (35.808) óbitos (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Acrescenta-se a informação com relação à vacinação (importante deixar registrado, nesse atual momento da pesquisa) para a Covid-19 realizada em nível nacional e estadual. As vacinas autorizadas pelo Ministério da Saúde e liberadas para o uso são a Oxford/ AstraZeneca e a Pfizer/ Biontech. (com registros definitivos) e a Coronavac e a Janssen (aprovadas para uso emergencial) (BRASIL, 2021). Em nível de Brasil, entre a primeira e a segunda dose foram aplicadas cento e vinte e nove milhões e cento e quinze mil pessoas (129.800.000) (Ibid., 2021) e no Estado do Rio Grande do Sul foram aplicadas sete milhões e duzentos e sessenta e uma mil pessoas (7.261.000). Estima-se, ainda de acordo com o Ministério da Saúde é de vacinar 160 milhões de pessoas até o fim de 2021 (BRASIL, 2021).

No Site da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021), encontrou-se a série de recomendações dadas à população como formas de evitar o contágio, extremamente necessárias e recomendadas em nível mundial. Cita-se o distanciamento social (permanecer em casa), lavar mãos com sabão constantemente, usar álcool gel, higienizar compras e alimentos, retirar calçados e trocar de roupa ao chegar em casa, manter ambientes arejados e, tantas outras medidas também necessárias.

No cenário internacional, desde o início da pandemia (em março de 2020) as transformações na sociedade (mundial, nacional, estadual, local) foram inúmeras e ocasionaram (ainda ocasionam e, vão ainda ocasionar) consequências desastrosas para todos os setores e a população em geral. Relatando um pouco da história, a Organização Mundial da Saúde – OMS, no dia 30 de janeiro de 2020, emitiu ao mundo que o novo Coronavírus foi considerado uma pandemia mundial e, portanto, de interesse da saúde pública internacional. Juntamente alertou as instituições, governos e autoridades a necessidade de combater a proliferação do vírus.

Em consequência disso, no dia 11 de março de 2020, foi declarado que o novo Coronavírus se tratava de uma nova pandemia. No dia seguinte, foi publicado

no diário oficial da união, a portaria Nº 356 (BRASIL, 2020c), estabelecendo normas e medidas de enfrentamento emergencial em âmbito internacional, sob mandato do ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta.

A lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020d) estabeleceu medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e a Portaria Nº 356, de 11 de março de 2020 regulamenta o disposto na Lei nº 13.979, conforme o Artigo 3º:

Art. 3º A medida de isolamento objetiva a separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.

§ 1º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica ou por recomendação do agente de vigilância epidemiológica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, podendo se estender por até igual período, conforme resultado laboratorial que comprove o risco de transmissão (BRASIL, 2020).

Art. 2º - Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do coronavírus (COVID-19), poderão ser adotadas as medidas de saúde para resposta à emergência de saúde pública previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020 (BRASIL, 2020c)

Em âmbito geral, com o isolamento forçado, estabeleceu-se mudanças comportamentais que impactaram principalmente, o estilo de vida das pessoas, afetando toda uma estrutura sobre a questão social, agregando o chamado estilo “*Home-Office*”.

Para Mendonça (2010), a nomenclatura do home-office é exclusividade do uso do local residencial, mesmo que compartilhado por outros moradores. Explicita, também, que as atividades possuem horários estabelecidos de forma mais ou menos flexível e são de cunho profissional, sejam elas de empresários/autônomos ou ligadas a uma organização privada, como, por exemplo, de prestação de serviços. Para fins de definição deste estudo, trabalhar em home-office se caracteriza por desempenhar as atividades profissionais no mesmo ambiente em que se reside.

A viabilidade para tornar este trabalho como forma prática e eficaz enfatizou a relevância de que a economia não pode parar, a fim de obter significativas adaptações que diminuíssem a insegurança pelo desemprego e conseqüentemente, rever todo o planejamento de uma estrutura organizacional que potencializasse as exigências deste novo modelo profissional.

Partindo dos pontos positivos, podemos encontrar vários como: comodidade (redução do tempo gasto em trânsito, por exemplo, gerando mais estresse); economia (manutenção de veículos, refeições extras, impressões demasiadas); e controle do tempo para cada tarefa de forma mais livre. Já sob o ponto negativo, temos o processo involuntário de desempenho máximo durante o seu dia, assim como a falta de entendimento por mensagens virtuais, que podem acarretar ambiguidade e/ou equívoco nas interpretações; a rede da internet ser regular ou ruim; além de todo um suporte necessário como aplicativos e aparelhos eletrônicos estarem funcionando corretamente para dar uma aula por exemplo.

Como resultado, o âmbito educacional gerou também marcantes mudanças na prática pedagógica, a qual transcendeu o processo de ensino totalmente fora do modelo padronizado e tradicional, onde a maioria dos professores lecionam. A intermediação existente entre a educação, professores e a sociedade, estabelecem contribuições que permeiam na decisão final, o processo de aprender do aluno, criando assim adaptações que o docente precisou fazer para habituar modelos educacionais.

Para Gatti (2020), as instituições de ensino públicas e privadas (tanto básica como superior), não estão isentas de conflitos de interesse, disputas de poder e jogo econômico, a qual refletem profundamente nas desigualdades já existentes antes da pandemia. E, por consequência a estas articulações entre poderes, geram uma disparidade em relação a tomada de decisões políticas sobre a saúde pública, causando situações desfavoráveis em âmbito social e educacional.

Gatti (2020), faz uma reflexão acerca de preservar a vida, mesmo que tenha severas influencias sociais e políticas, mediante a propiciar a formação de valores de vida no processo de ensino-aprendizagem para as atuais e futuras gerações. O cuidado de si, refletirá no cuidado do próximo, administrando possibilidade de uma nova criação de consciência, imprescindível para superar o individualismo demasiado e disputas incoerentes.

2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO REMOTO

2.2.1 A Educação Infantil: história e fundamentos legais

A Educação Infantil se coloca hoje como um espaço institucionalizado de educação, cuidados, brincadeiras e interações. A forma de pensar, agir, brincar e educar de uma criança, resulta de um árduo trabalho promovido em âmbito social (principalmente) e político que atualmente, a criança possui direitos e garantias fundamentais.

Segundo Vilela e Freitas (2015), o atendimento e o cuidado com as crianças passaram por transformações na sociedade devido a fatores sociais e econômicos e a necessidade do mercado amplificado da mulher nas empresas. Tais direitos, foram adquiridos lentamente e iniciou pela educação em âmbito privado (em casa) ou em instituições religiosas.

A partir do século XX, e devido aos altos índices de mortalidade infantil, o foco era na saúde pública e assistência social, prevalecendo assim por muito tempo. Conforme a modelação de demanda existente trazida pela sociedade, a concepção de que a criança deveria ser civilizada, moralizada e educada, trouxe importantes transformações que enalteciam o processo do cuidar, porém, ainda a ideia era de que a criança significava: inocência, ingenuidade e fácil de moldar seu caráter.

Além das mudanças que as instituições faziam, também agregava aos pais a politização de algumas normas como, por exemplo: postura e valores rígidos os quais refletiam diretamente na educação da criança (VILELA e FREITAS, 2015). Em decorrência disso, as casas de caridade e escolas, começaram a considerar que a criança tinha muitas responsabilidades e por isso, a construção de educação se voltou para evitar a “vadiagem” e delinquência infantil (encontradas ainda, em instituições de educação infantil sob um modelo aperfeiçoado, porém, semelhante). Sendo assim, o desenvolvimento pedagógico atribuído nesse período, eram praticamente inexistentes, pois prevaleciam apenas os cuidados básicos (higiene, alimentação, e sono com rotinas rígidas).

Com o avanço das perspectivas e capacidade intelectual que a criança possuía, sua contemplação por outros direitos chegava de forma positiva a elas. Entre meados de 1970 e 1990, surgiram muitos movimentos sociais pelo direito à liberdade e garantia de direitos, principalmente os das mulheres, as quais dentre

eles, eram pela luta por creches de redes públicas de Educação Infantil, impondo ao estado suas reivindicações para uma forma concreta.

Os movimentos sociais por esses direitos, gerou uma repercussão em diversas regiões do país, havendo sucesso na amplificação de vagas e melhorias da qualidade educacional. A partir da metade da década de 1980, a infância é colocada na agenda pública entendendo que a criança é também um sujeito de direitos (VILELA; FREITAS, 2015, p. 18).

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), no Art. 29., a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil é uma garantia para o começo de inserção ao desenvolvimento integral da criança, sendo dever do estado promover, e direito da família usufruir desta garantia. A soma da família, comunidade e professores, contribuem de forma próspera para a aprendizagem da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, proposto no Art. 29 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

É importante destacar que até os 3 anos e 11 meses, a escolha dos pais em colocar os filhos nas creches ou EMEIS é opcional (1ª fase), sendo que a partir dos 4 anos de idade (2ª fase), é obrigatória e gratuita a sua vaga, com preferência em locais mais pertos possíveis de suas casas.

Com relação a carga horária diária, o tempo mínimo são 4 horas e máximo 7 horas, sendo anualmente um total de 800 horas, divididos em 200 dias letivos, com 60% de frequência mínima. Quanto a evolução de rendimento do aluno, deve-se considerar que não há notas, mas sim o registro, acompanhamento e portfólios.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, define um conjunto de princípios e procedimentos, que a Educação Infantil pode ter como norteamento pra a articulação, avaliação e desenvolvimento de suas propostas pedagógicas (BRASIL, 2009). Ela intensifica a criança, colocando-a no centro do planejamento e prevê a interação e a brincadeira como eixos estruturantes da prática educativa. Apresenta os princípios políticos, éticos e estéticos, bem como a relação do cuidar e educar. É importante destacar também, que a fundamentação

teórica presente nela, é reafirmada na Base Nacional Comum Curricular na etapa da Educação Infantil.

A criança na Educação Infantil, representa um sujeito que vivencia relações e práticas cotidianas, constrói sua identidade a partir de relações internas e externas, descobrindo, conhecendo, imaginando e brincando

Diante disso, é importante salientar que durante o passar dos anos, a legislação referente as diretrizes que a educação infantil evoluiu. A partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018).

Esse último documento define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, quais sejam: expressar, explorar, participar, conviver, brincar e conhecer-se (BRASIL, 2018). A organização curricular se dá em campos de experiências, como excerto retirado do documento da Base:

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2018, p. 40).

Complementando e de acordo com a Base, as escolas de Educação Básica devem desenvolver dez competências gerais, iniciando desde a Educação Infantil. Dentre as competências estão: conhecimento, pensamento científico crítico e criativo, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania, e o repertório cultural (BRASIL, 2018). Além disso, as habilidades (capacidade da criança transformar o que aprendeu e aplicar em seu dia a dia) devem estar interligadas às competências, por se tratar de algo potencializador e fundamental, no processo de ensino e aprendizagem.

2.2.2 A Educação Infantil e o Ensino Remoto

Com a pandemia do Covid-19, todo um âmbito de convívio foi refeito pela sociedade, de forma com que a utilização da tecnologia substituísse as rupturas do aprendizado presencial para o remoto. Devido a isso, a Educação Infantil foi a mais atingida. Segundo Senhoras (2020) pode-se destacar: crianças que não possuem internet em casa, desestímulo e desinteresse, dependência da família para acessar os equipamentos, dentre outros.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020b), que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a de normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade. No Art. 16, assim recomenda:

Para a realização de atividades não presenciais na Educação Infantil, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 14.040/2020, as secretarias de educação e as instituições escolares devem elaborar orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades que possam ser realizadas com as crianças em seus lares, durante o período de isolamento social (BRASIL, 2020b).

A referida Resolução recomenda ainda que as unidades escolares, públicas e privadas, ficam dispensadas do controle de frequência. E, para as orientações aos pais e responsáveis de crianças de Creche (0 a 3 anos) devem ser sugeridas atividades de estímulo, leitura de textos pelos adultos, brincadeiras, jogos, músicas infantis, oferecendo-lhes algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta, em vídeo ou áudio.

Da mesma forma, para crianças de Pré-Escola (4 e 5 anos), as atividades não presenciais devem indicar atividades de estímulo, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e até algumas atividades em meios digitais quando for possível (*Ibidem*).

O Parecer n. 5/2020 (BRASIL, 2020a), do Conselho Nacional de Educação que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, esclarece que o contato com

os pais ou responsáveis, mais efetivo, através do uso da Internet. A escola, porém, poderá definir o instrumento de resposta. E acrescenta outra alternativa, qual seja:

[...] envio de material de suporte pedagógico organizado pelas escolas para as famílias ou responsáveis, considerando os cuidados necessários para evitar grandes aglomerações quando a entrega for feita na própria escola. Sugere-se também a utilização de materiais do MEC acerca de atividades a serem desenvolvidas para o atendimento das crianças que frequentam escolas de educação infantil (BRASIL, 2020a, p. 10).

Já prevendo o retorno das atividades presenciais, a Resolução Nº 2/2020 recomenda:

Art. 20. No retorno presencial, as escolas de Educação Infantil devem: I - investir em atividades que possibilitem uma transição tranquila entre as rotinas vivenciadas em casa para uma nova rotina escolar, cuidando dos aspectos psicoemocionais dos estudantes e das condições de oferta de escolaridade; II - articular com as famílias sobre o retorno às aulas presenciais, garantindo aos pais a possibilidade de continuidade de atendimento escolar não presencial, na forma concomitante, em condições e prazos previamente acordados; III - fundamentar o trabalho pedagógico de educação integral, marcado por processos de acolhida, segurança, cuidados, escutas e diálogos de todos e para todos os sujeitos da comunidade escolar; IV - garantir atenção ao planejamento didático-pedagógico dos professores para que não envolvam atividades de interação com contato direto, nem compartilhamento de materiais, privilegiando o uso de áreas ao ar livre; e V - organizar os horários de intervalo e de saída dos alunos, evitando aglomerações (BRASIL, 2020b, p. 8).

As experiências da Educação Infantil no ensino remoto nos municípios de Quixadá, Ibaretama e Itapiúna, no Ceará, foram relatadas no artigo, resultante de pesquisa, de Aline dos Santos Pereira, Ravyla Graziela Lemos de Queiroz e Sandy Alves Flor de Araújo (2021).

Pereira (et al., 2021), afirmam em artigo publicado, que em municípios do Ceará, campos de sua pesquisa, as escolas adotaram o ensino remoto, através de vídeoaulas, porém, com a duração de apenas uma hora, devido ao tempo de concentração das crianças nessa faixa etária. Apresentam a citação de Behar que esclarece de forma clara o que significa o ensino remoto emergencial.

O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância não podem ser compreendidos como sinônimos, por isso é muito importante, no contexto que estamos vivendo, clarificar esses conceitos. O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado (BEHAR apud PEREIRA *et al.*, 2021, s.p.).

Porém, Pereira (et.al., 2021) esclarece que, por um lado, os avanços tecnológicos permitem às crianças aprender mais cedo e por outros meios, citando a internet, os jogos interativos, e os brinquedos, porém, na Educação infantil é desafiador e traz consequências.

O artigo intitulado “o sentido do trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19” apresenta parte de uma pesquisa realizada por Roziane Aguiar dos Santos, Emilia Peixoto Vieira e Maricélia de Souza Pereira Moreira (2021), em municípios da região Território Litoral Sul da Bahia. Para as autoras, o ensino remoto na Educação Infantil, em pleno momento de reconstrução curricular e movimentos formativos sobre a Base Nacional Comum Curricular provocou enormes dificuldades. Em suas palavras:

O contexto conturbado com uma pandemia e meio a um percurso de implementação da BNCC, provocou enormes dificuldades, especialmente para a educação infantil. Esta etapa, com desafios e pressões, apresentava avanços em termos de organização das redes e com profissionais da educação com formação adequada para o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade (SANTOS *et al.*, 2021, p. 205).

As referidas autoras demonstram preocupação em como ofertar a Educação Infantil ao ensino remoto, tal qual a estratégia utilizada na etapa do Ensino Fundamental, apresentam os argumentos abaixo:

Em se tratando do trabalho com a educação infantil, como trabalhar o educar e cuidar, fundamento dessa etapa, ao contexto do ensino virtual? Como cuidar das crianças sem a presença física da professora? Como ofertar o “ensino” de forma igualitária, com recursos tecnológicos de qualidade a todas as famílias das crianças matriculadas? Apoiar ou criticar o uso das tecnologias para o trato com as crianças? (SANTOS *et al.*, 2021, p. 206).

Seguindo por este caminho de reorganização no formato das aulas para a Educação Infantil, Ana Paula Barros de Carvalho e Gleuze Pereira Marinho

Moura (2021) relatam a pesquisa realizada em duas escolas públicas do Distrito Federal. Assim, apresentam:

Diante dessas realidades heterogêneas, o principal desafio do ensino remoto foi manter o vínculo das crianças com a escola e viabilizar um canal de diálogo com as famílias, para estabelecer constante comunicação sobre os desafios e as possibilidades de cada uma para organização e reorganização do trabalho pedagógico (CARVALHO; MOURA, 2021, p. 2).

Argumentam e reforçam as autoras que as aulas foram pensadas para garantir às crianças aulas significativas, contextualizadas e que, de certa forma, promovesse o desenvolvimento integral da criança, fundamentadas, por sua vez, em Oliveira.

A educação da primeira infância deve contribuir para aprendizagem holística em vários níveis, tais como cuidados e educação, brincadeira e aprendizagem, autonomia e cooperação, sentimentos e razão, bem como uma abordagem integrada à apropriação de linguagens plurais e inteligências (OLIVEIRA apud CARVALHO; MOURA, 2021, p. 4).

Outro artigo significativo encontrado na pesquisa ao Google Acadêmico foi de Myrna Wolff Brachmann dos Santos e Thais Wolff Brachmann de Oliveira (2021), que apresentam a experiência do ensino remoto de uma Escola Municipal de Educação Infantil da Rede Municipal de Campo Grande/MS.

A pesquisa relata a prática adotada pela equipe pedagógica de uma escola composta por uma equipe de dezesseis professoras de Educação Infantil, vinte e três assistentes, duas coordenadoras e uma diretora. Frente a decreto municipal que restringia as atividades presenciais e às inúmeras adaptações que seriam exigidas, as dúvidas em relação à Educação Infantil eram ainda maiores: “como seria possível realizar um trabalho pedagógico para crianças de zero a cinco anos não presencialmente? Remotamente?” (SANTOS; OLIVEIRA, 2021).

Em seus relatos apresentam como, pouco a pouco, foram reorganizando as atividades e aprimorando os contatos diretos com a família, pois, acreditam que os papéis da escola e da família são diferentes, mas complementivos. Fundamentam essa relação entre a família e a escola nesse momento tão importante com a autora Taciana Mirna Sambrano,

Apesar de apresentarem obrigações diferentes, a família e a instituição educacional têm um objetivo comum – o desenvolvimento infantil – e uma

relação entre esses dois contextos tem de ser vista como complementar e não encarada como forças distintas e separadas (SAMBRANO apud SANTOS; OLIVEIRA, 2021, p. 3).

Selecionou-se por fim, uma produção e experiência realizada no Estado do Rio Grande do Sul, por entender que ampliaria a possibilidade de concluir, em nível de regiões ou estados do país, a forma organizativa da Educação Infantil durante o período de quase dois anos que durou a pandemia, com suas restrições de ordem presencial. O artigo “Educação Infantil e ensino remoto: o planejamento potencializando as experiências no contexto familiar”, de Caroline Scholl Ribeiro Bender, Cristiane Heming, Franciéle da Rocha, Luana Vanessa da Silva e Natália Correia da Silva (2021), relatam a experiência de cinco professoras, ocorrida em uma escola de Educação Infantil no Município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul.

A prática docente remota esteve amparada nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme preconiza a BNCC. O acompanhamento às crianças foi realizado através da mediação dos familiares. Nas palavras dos autores, essa experiência é uma forma de ser docente, na Educação Infantil, em novos tempos, desconhecidos.

Foi aos poucos, se tornando mais clara a necessidade do acompanhamento virtual das crianças de forma potente assegurando ao máximo e com dedicação da parte de cada professora e equipe diretiva a garantia de que elas pudessem dar continuidade às experiências valiosas construídas no cotidiano do espaço escolar, agora vividas e sentidas em seu ambiente familiar. Essa percepção exigiu um novo olhar sobre a prática, sobre as crenças pedagógicas, sobre as múltiplas formas do “ser professor de Educação Infantil” em tempos desconhecidos (BENDER et al., 2021, p. 45).

A utilização da internet e de ferramentas tecnológicas, o planejamento coletivo e a documentação pedagógica que já faziam parte da prática pedagógica presencial e, conforme os relatos, continuaram a estar presente, no ensino remoto, porém agora, com ênfase e exclusivamente, com ferramentas tecnológicas de comunicação. Segundo os autores,

[...] a nova rotina incorporou aulas, reuniões virtuais, lives, postagens em redes sociais e muita comunicação via whatsapp, exigindo-nos atualização e aperfeiçoamento, todos já estávamos familiarizados com o mundo virtual, porém não com essa intensidade e em uma faixa etária tão pequena quanto a das nossas crianças (BENDER et al., 2021, p. 53).

O ensino remoto, na Educação Infantil não é indicado pela legislação, devido a faixa etária das crianças e a finalidade de desenvolvimento integral das crianças nas dimensões afetivas, sociais, cognitivas e motoras. Como desenvolver a autonomia, a coordenação motora fina e ampla, a afetividade, a socialização a distância? A Educação Infantil não parou, mesmo que de forma diferente, a interação com a criança e à família, aconteceu.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Para atender ao objetivo geral da pesquisa ““analisar experiências remotas organizadas na Educação Infantil, no contexto da pandemia da COVID-19, verificando as formas de organização, dificuldades encontradas bem como, resultados e conclusões” optou-se pelos princípios da pesquisa bibliográfica.

Para Marconi e Lakatos, a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Em suas palavras:

[...] desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (2003, p. 183).

De acordo com as autoras, podem ser consideradas publicações, os livros, teses, monografias, publicações avulsas, pesquisas etc. e compreende quatro fases distintas: identificação, localização, compilação e fichamento e, acrescenta-se a fase da análise.

3.2 OBJETOS DA PESQUISA

Como objeto deste estudo foram selecionados para análise, cinco artigos encontrados através de busca no Google Acadêmico, considerando publicações do ano de 2021 e de diferentes regiões ou estados do Brasil.

3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os artigos após selecionados foram compilados e realizado o fichamento, obedecendo as categorias de título do artigo, autores, objetivos, tipo de trabalho, pesquisa ou relato de experiência, público alvo, dificuldades encontradas, resultados do ensino remoto e as conclusões, as quais, foram apresentados em formato de quadros.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Optou-se pela análise qualitativa, encontrada em Maria Cecília de Souza Minayo (2002), que apresenta características particulares, tais como:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Inicialmente, apresenta-se as experiências isoladamente para, no final, realizar o pareamento ou entrelaçamento entre elas, destacando aspectos comuns e individuais das experiências remotas na Educação Infantil.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Por tratar de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que não envolve diretamente a participação de seres humanos, este estudo teve seu projeto dispensado da submissão e aprovação do Conselho de Ética vinculado a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos artigos selecionados para análise encontrou-se relatos de experiências e resultados de pesquisas realizadas em alguns estados do Brasil sobre o trabalho pedagógico e docente na Educação Infantil durante o período em que durou a pandemia da Covid-19. Todos os artigos foram publicados no ano de 2021. A seleção deu-se, primeiramente, pela busca de palavras-chaves, no Google Acadêmico: artigo, Educação Infantil, ensino remoto, 2021. Num segundo momento, refinou-se as escolhas para contemplar resultados de pesquisas e/ ou relatos de experiências, em diferentes regiões do Brasil, incluindo o Rio Grande do Sul. Definiu-se então, cinco artigos os quais, contemplavam os objetivos, a organização da Educação Infantil de forma remota, os recursos utilizados, dificuldades encontradas, alguns resultados e conclusão.

Os artigos analisados foram de pesquisas realizada nos Municípios de Quixadá, Ibareta e Itapiúna/ Ceará, no Território Litoral Sul da Bahia, em escolas públicas do Distrito Federal, na Rede Municipal de Campo Grande/MS e, em Novo Hamburgo/ RS. As categorias analisadas foram: título do artigo, autores, objetivos, tipo de pesquisa, público alvo, formato das aulas, dificuldades, Resultados do ensino remoto, conclusão da pesquisa ou relato.

Iniciando as análises, as experiências da Educação Infantil no ensino remoto nos municípios de Quixadá, Ibareta e Itapiúna, no Ceará, foram relatadas no artigo 1, resultante de pesquisa, de Aline dos Santos Pereira, Ravylla Graziela Lemos de Queiroz e Sandy Alves Flor de Araújo. Os resultados encontram-se sistematizados no Quadro n. 1, na folha a seguir.

Quadro n. 1 – Pesquisa realizada nos Municípios de Quixadá, Ibaretama e Itapiúna/ Ceará.

	Resultados
Título do artigo	Ensino remoto emergencial na Educação Infantil: dificuldades e possibilidades
Autores	Aline dos Santos Pereira; Ravyla Graziela Lemos de Queiroz; Sandy Alves Flor de Araújo.
Objetivos da pesquisa	Analisar os limites e as possibilidades do ensino remoto emergencial para a educação infantil.
Tipo de pesquisa	Pesquisa exploratória e qualitativa com revisão da literatura; aplicação de questionário no Google Forms enviados via Whatsapp.
Público alvo	Professores e famílias de escolas públicas de Educação Infantil dos Municípios de Quixadá, Ibaretama e Itapiúna/ Ceará.
Formato das aulas	Ensino remoto. Uso de Internet. Atividades impressas.
Dificuldades	Por parte da escola: famílias sem acesso à internet; não retornavam as atividades; dificuldades em compreender as atividades ou acessar recursos; alunos cansam facilmente; adaptação dos docentes com as tecnologias. Por parte da família: explicações insuficientes das atividades; internet instável; problemas de saúde; falta de profissionalismo e atenção docente; adaptação com as tecnologias.
Resultados do ensino remoto	Vantajoso: crianças experimentam as tecnologias e a permanência do contato com sua vida escolar; Prejudicial: limitação das possibilidades dos docentes de apresentarem aulas mais ricas e com materiais pedagógicos; evidenciou desigualdades (nem todos tinham acesso à internet ou pouca qualidade da mesma e o pouco conhecimento de recursos tecnológicos).
Conclusão da pesquisa	O ensino remoto emergencial foi eficaz para não deixar os alunos desassistidos, manter a escola presente, mas, trouxe consequências como a queda de rendimento e atraso nas disciplinas.

Fonte: Adaptado pela autora do artigo de Pereira (*et. al.*, 2021).

Essa experiência realizada nos Municípios de Quixadá, Ibaretama e Itapiúna, no Estado do Ceará, retrata de forma clara, como foi organizado o ensino remoto na Educação Infantil, apresentando as ferramentas utilizadas e os resultados, positivos e negativos. As principais dificuldades encontradas tanto pelos professores, quanto pelas famílias revelam o que, de certa forma, acontece em nível nacional: famílias com poucos ou nenhuma ferramenta tecnológica e baixa qualidade de internet. Senhoras (2020) já destaca a real situação das crianças que não possuem internet em casa e, por serem pequenas, dependem da família para acessar os equipamentos.

A mesma pesquisa (Artigo 1) também apresenta que o ensino remoto emergencial, por um lado, foi eficaz para não deixar os alunos desassistidos e manter a escola presente, mas, trouxe consequências graves como a queda de rendimento e atraso nas disciplinas, o que, sem dúvida, compromete a aprendizagem dos estudantes e conseqüentemente, a qualidade da educação. O Parecer de n.5/2020, do Conselho Nacional de Educação em nada menciona essas dificuldades apenas, reforça que, quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças (BRASIL, 2020c).

O artigo 2, de Roziane Aguiar dos Santos, Emilia Peixoto Vieira e Maricélia de Souza Pereira Moreira (2021), apresenta um recorte da pesquisa realizada em municípios da região Território Litoral Sul da Bahia e relatam que no início de 2020, no contexto conturbado com uma pandemia e meio a um percurso de implementação da BNCC, foram enormes as dificuldades, especialmente para a educação infantil. Nas palavras das autoras, realizar as atividades com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação gera inseguranças nas famílias e nas profissionais que atuam na Educação Infantil, pois “esbarra nas condições de acesso e qualidade da internet, na estrutura para a realização das atividades, no local, no uso de determinados aparelhos e nas dificuldades de acesso das famílias às ferramentas tecnológicas” (SANTOS *et al.*, 2021, p. 206).

Complementando, apresentam no artigo falas de professores que demonstram preocupação em aprender com o novo e continuar se formando. São impactos psicológicos, medos e inseguranças em como organizar o trabalho pedagógico.

Os resultados encontram-se sistematizados no Quadro n. 2, na folha a seguir.

Quadro n. 2 – Pesquisa realizada nos Municípios da região Território Litoral Sul da Bahia

	Resultados
Título do artigo	O sentido do trabalho docente na educação infantil em tempos de pandemia da Covid -19.
Autores	Roziane Aguiar dos Santos, Emília Peixoto Vieira e Maricélia de Souza Pereira Moreira.
Objetivos da pesquisa	Refletir sobre o sentido do trabalho docente na educação infantil, em tempos de pandemia, a partir da fala de profissionais que atuam em algumas redes públicas de ensino em municípios do Sul da Bahia.
Tipo de pesquisa	Do tipo exploratório, para obtenção de informações sobre a organização de municípios baianos para o atendimento à Educação Infantil.
Público alvo	Profissionais da educação, secretários/as de educação, Coordenadores/as de Educação, Gestores/as e docentes de 14 municípios do sul da Bahia.
Formato das aulas	Programas de computador, plataformas, aplicativos e <i>sites</i> da internet, aplicativos de whatsapp, Zoom, facebook e/ou atividades impressas. Aulas no formato remoto.
Dificuldades	Condições de acesso e qualidade para a realização das atividades no local, no uso de determinados aparelhos, nas dificuldades de acesso das famílias às ferramentas tecnológicas, nas dificuldades de manuseio destes aparelhos por muitos professores e familiares, na falta de formação continuada para os professores e, especialmente, quando se analisa o objetivo da educação infantil.
Resultados do ensino remoto	Dificuldade dos profissionais em dar sentido ao trabalho de modo geral e ao trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19. Em se tratando desse período atípico, é preciso de tempo e planejamento coletivo para que as demandas e realidades locais sejam atendidas adequadamente. Estes últimos anos, conceituou desafios que precisam ser pensados coletivamente, para a realização de um trabalho sério e coeso, e que respeite o direito à educação das crianças.
Conclusão da pesquisa	Deixa-se em evidencia, as dificuldades dos profissionais em dar sentido ao trabalho de modo geral e ao trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19

Fonte: Adaptado pela autora do artigo de Santos (*et al.*, 2021).

O artigo reflete sobre o sentido do trabalho docente na educação infantil, em tempos de pandemia, a partir da fala de muitos profissionais que atuam em redes públicas de ensino em 14 municípios do Sul da Bahia. Relatam as autoras que, em meio ao debate imposto pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular e a normativa das redes para reconstruírem seus currículos, realizar formação

continuada dos professores e implementar o novo currículo, chega a pandemia da Covid-19 em março de 2020. Nas palavras das autoras, observa-se:

A situação pandêmica vem exigindo habilidades com a tecnologia e a exposição do fazer pedagógico do profissional de educação, para além dos muros da escola. O plano de ação dos municípios explicita a necessidade do contato com as famílias e suas realidades. Para muitas escolas e de acordo os relatos dos profissionais da educação, a situação ocasionada pela pandemia da COVID-19 revelou como as escolas estão distantes das famílias (SANTOS; VIEIRA; MOREIRA, 2021, p. 221).

O relato apresentado evidencia a dificuldade dos profissionais em dar sentido ao trabalho docente que envolve o cuidar e o educar (BRASIL, 2009), o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 1996) e o uso das tecnologias, sem a presença física. Por outro lado, acrescenta-se ainda a realidade das famílias com o uso das tecnologias, o acesso e qualidade da internet e as condições das ferramentas tecnológicas.

Por sua vez, Ana Paula Barros de Carvalho e Gleuze Pereira Marinho Moura, no Artigo 3, relatam a experiência realizada em duas escolas públicas do Distrito Federal. As professoras de Educação Infantil inicialmente tiveram que “orientar e ambientar os familiares sobre o uso dos recursos e ferramentas tecnológicas (Google Meet, WhatsApp, Google Sala de Aula etc.) necessárias para dar continuidade ao trabalho” (2021, p.3). Os resultados apontaram para: manter o vínculo com as crianças estabelecendo um canal de diálogo; as famílias apresentaram insegurança no uso de recursos tecnológicos; a Secretaria de educação do Distrito Federal realizou orientações quanto ao planejamento; as reuniões eram realizadas por *home office* por meio da plataforma Google Meet; as atividades eram realizadas por meio de áudios, vídeos, chamada de voz com as crianças e família, resposta de um questionário e, com o passar do tempo, as crianças haviam evoluído com relação a desenvoltura diante das câmeras e na apresentação de seus trabalhos (CARVALHO; MOURA, 2021).

Os resultados encontram-se sistematizados no Quadro n. 3, na folha seguinte.

Quadro n. 3 – Pesquisa realizada em escolas públicas do Distrito Federal.

	Resultados
Título do artigo	Um olhar sensível para a Educação Infantil durante o ensino remoto
Autores	Ana Paula Barros de Carvalho e Gleuze Pereira Marinho Moura
Objetivos da pesquisa	Compartilhar as práticas pedagógicas adotadas à distância durante o período de ensino remoto em que se valorizou a participação das famílias e o protagonismo infantil como ponto crucial no processo de ensino aprendizagem.
Tipo de trabalho	Relato de experiência
Público alvo	Duas escolas públicas do Distrito Federal
Formato das aulas	Ensino remoto, através do WhatsApp, para as crianças e Google Meet e Youtube para planejamento e/ou formação continuada organizadas pela SEEDF.
Dificuldades	Manter o vínculo das crianças com a escola e viabilizar um canal de diálogo com as famílias, para estabelecer constante comunicação.
Resultados do ensino remoto	Realização de uma pesquisa sobre as possibilidades de interação das famílias e formação sobre como utilizar as ferramentas tecnológicas; as propostas de atividades foram pensadas para oportunizar experiências significativas e contextualizadas para as crianças; realização da avaliação participativa com a ajuda da família.
Conclusão da pesquisa	Mesmo com os inúmeros desafios, o ensino remoto mostrou que é necessária a continuidade da utilização de recursos tecnológicos para aproximar cada vez mais a família e a escola.

Fonte: Adaptado pela autora do artigo de Carvalho e Moura (2021).

Essa experiência relatada demonstra ainda mais, a importância da participação da família junto à escola e o caminho percorrido (das professoras) para que isso se tornasse possível no ensino remoto. Diagnosticaram, inicialmente, a realidade das famílias sobre o acesso e qualidade das ferramentas tecnológicas e da internet e classificaram-nas em grupos, de acordo com as respectivas realidades. Dessa forma, foi possível a comunicação com todos de forma diferenciada. Outro detalhe julgado importante foi a realização da avaliação participativa em que a família auxiliou com informações sobre o desenvolvimento das crianças.

Essa experiência, apesar das dificuldades do ensino remoto, foi considerada em alguns aspectos de forma positiva e que poderá ter continuidade, como por exemplo, a mediação da família e o envio de recados de forma virtual, sem gastar tanto papel para impressão de bilhetes, por exemplo, diminuindo o tempo de recebimento de informações.

O artigo 4, de Myrna Wolff Brachmann dos Santos e Thais Wolff Brachmann de Oliveira intitulado de “Educação Infantil de modo remoto? Como assim?”, apresentam a experiência do ensino remoto de uma Escola Municipal de Educação Infantil da Rede Municipal de Campo Grande/MS, durante o ano de 2020. O relato discorre sobre a experiência vivenciada pela equipe da escola composta por 16 professoras de Educação Infantil, 23 assistentes, duas coordenadoras e uma diretora e foram registradas por uma das coordenadoras.

As informações relatadas estão sistematizadas no Quadro de n. 4, a seguir apresentado.

Quadro n. 4 - Relato de experiência da Escola Municipal de Educação Infantil da Rede Municipal de Campo Grande/MS

	Resultados
Título do relato	Educação Infantil de modo remoto? Como assim?
Autores	Myrna Wolf Brachmann dos Santos e Thais Wolf Brachmann de Oliveira
Objetivos do relato	Relatar as práticas adotada pela equipe pedagógica em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande/MS, durante o ano de 2020.
Tipo trabalho	Relato de experiência
Público alvo	16 (dezesesseis) professoras de Educação Infantil, 23 (vinte e três) assistentes, 2 (duas) coordenadoras e 1 (uma) diretora em Campo Grande/ MS.
Formato das aulas	Ensino Remoto – WhatsApp e Caderno de experiência/atividades.
Dificuldades	Tempo e recursos pedagógicos e tecnológicos da família para acesso e acompanhamento de seus filhos o que foi uma limitação no planejamento dos professores.
Resultados do ensino remoto	Por ocasião do final do ano, os familiares foram convidados a responder um formulário de mapeamento social, as quais os resultados foram que: de total de famílias, 88% responderam; 73,3% que se declararam muito satisfeitos com o trabalho da EMEI durante a pandemia, 23,8% declaram-se satisfeitos e 3,3% pouco satisfeitos.
Conclusão da pesquisa	O ensino remoto se afasta infinitamente do ideal para o universo de desenvolvimento e aprendizado adequados para as crianças da Educação Infantil. Não há efetividade/qualidade quando as interações estão ausentes, quando o professor não está presente, quando as limitações dos ambientes, dos materiais e do tempo são a conjuntura.

Fonte: Adaptado pela autora do artigo de Santos e Oliveira (2021).

Destaca-se, nesta experiência remota, o uso e a escolha dos temas dos cadernos. Em suas palavras:

[...] já nas primeiras discussões, optou-se por abarcar assuntos que fossem familiares aos responsáveis e, que pudessem ser bastante acessíveis de modo geral: “Meio Ambiente”, “Folclore” e “Animais da Natureza”. A partir destes temas gerais e, apesar das limitações, buscou-se explorar os diferentes campos de experiência previstos para a Educação Infantil, de modo integrado, complementar e indissociável aos direitos garantidos às crianças, favorecendo o brincar, conviver, participar, explorar, conhecer-se e expressar-se (SANTOS; OLIVEIRA, 2021, p. 6).

Apesar do ensino remoto, a preocupação com a implementação da Base Nacional Comum Curricular através do Referencial Curricular Municipal, não foi deixada de lado. Os temas definidos exploraram os Campos de Experiência e os direitos de aprendizagem (BRASIL, 2018).

Por fim, selecionou-se a experiência realizada em uma Escola de Educação Infantil do Município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul (**artigo 5**) para completar a coleta e as análises de experiências remotas na Educação Infantil em tempos de pandemia. Destaca-se essa experiência por dois motivos: primeiro, por entender que experiências de nosso Estado, deveria estar presente; segundo, a organização pedagógica das professoras de Educação Infantil, contemplaram, de forma brilhante, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento constantes na BNCC.

As informações relatadas estão sistematizadas no Quadro de n. 5, apresentado na próxima página.

Quadro n. 5 – Relato de experiência de Escola de Educação Infantil no Município de Novo Hamburgo/ RS.

	Resultados
Título do artigo	Educação Infantil e ensino remoto: o planejamento potencializando as experiências no contexto familiar.
	Caroline Scholl Ribeiro Bender, Cristiane Heming, Francieli da Rocha, Luana Vanessa da Silva e Natália Correia da Silva
Objetivos da pesquisa	Relatar a experiência pedagógica remota ocorrida em uma escola de Educação infantil, na cidade de Novo Hamburgo
Tipo de trabalho	Relato de experiência
Público alvo	Uma escola de Educação infantil, na cidade de Novo Hamburgo/RS., em nove turmas de faixas etárias zero a três anos
Formato das aulas	Para o planejamento: Google drive, google apresentação, google documentos. Para as aulas: whatsapp, Google Meet, Youtube, StreamYard, Facebook e Instagram.
Dificuldades	Organizar formas de planejar e de pensar sobre os registros e organização das práticas, a partir de alguns questionamentos do grupo: Como dar vida a esse planejamento? Que ferramentas utilizar em metodologia remota? Como organizar e manter o contato com os pequenos nesse período a distância?
Resultados do ensino remoto	A nova rotina incorporou aulas, reuniões virtuais, lives, postagens em redes sociais e muita comunicação via whatsapp, exigindo atualização e aperfeiçoamento;
Conclusão da pesquisa	A pandemia, de certa forma, revolucionou o fazer pedagógico e solicitou com urgência a reinvenção de novas práticas, moldadas às necessidades das famílias, das crianças e do momento. Acreditam, os professores, que a utilização dessas novas ferramentas permanecerá também no retorno ao ensino presencial, sendo estes recursos facilitadores para o trabalho pedagógico e aproximação da escola com as famílias.

Fonte: Adaptado pela autora do artigo de Bender *et al.* (2021).

Mesmo com todas as dificuldades do ensino remoto, o foco no planejamento e na garantia dos direitos de aprendizagem estiveram sempre presentes durante esse longo período. As professoras aprofundaram seus estudos sobre a BNCC, no Caderno Orientador da Educação Infantil do município de Novo Hamburgo e em leituras de autores como Loris Malaguzzi. Dessa forma, as atividades se realizaram com materiais não estruturados (que se tem em casa), recursos sonoros, musicalização, corpo e movimentos.

Essas diferentes experiências e pesquisas realizadas em cinco regiões do Brasil, aconteceu, em nível nacional, em todas as Escolas de Educação Infantil, em maior ou menor grau de dificuldades. Mesmo em diferentes instituições, em

diferentes municípios ou estados do Brasil, os professores observaram e vivenciaram experiências remotas semelhantes. As orientações legais que respaldaram e legitimaram esse formato não presencial, no caso, na Educação Infantil, como já dito anteriormente no referencial teórico desse trabalho, estão expressas no Parecer n. 5/ 2020, do Conselho Nacional de Educação que trata da reorganização do Calendário Escolar, que assim orientava:

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. Deste modo em especial, evitaria a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno (BRASIL, 2020c, p. 9).

E, seguindo por esse caminho, as redes de Educação Infantil, públicas e privadas, se organizaram e, da mesma forma, as experiências aqui relatadas. O Quadro Nº 6, a seguir, sintetiza as informações de forma que é possível verificar os resultados e conclusões que as diferentes experiências aqui apresentadas, tiveram em comum.

Quadro Nº 6 – Síntese das diferentes experiências remotas

Artigos	Resultados do ensino remoto	Conclusões
Artigo 1: Ensino remoto emergencial na Educação Infantil: dificuldades e possibilidades (Ceará).	<ul style="list-style-type: none"> - As famílias sem acesso à internet; - Não havia retorno das atividades; - Dificuldades da família em compreender as atividades ou acessar recursos; - Crianças cansam facilmente; - Adaptação dos docentes com as tecnologias; - Por parte da família consideravam as explicações insuficientes; a internet era instável; problemas de saúde; falta de profissionalismo e atenção docente; adaptação com as tecnologias. 	O ensino remoto emergencial foi eficaz para não deixar os alunos desassistidos, manter a escola presente, mas, trouxe consequências como a queda de rendimento, atraso no desenvolvimento e evidenciou as desigualdades sociais existente entre as famílias.

	<ul style="list-style-type: none"> - As crianças experimentaram as tecnologias; - Limitação das possibilidades dos docentes de apresentarem aulas mais ricas e com materiais pedagógicos; evidenciou desigualdades (nem todos tinham acesso à internet ou pouca qualidade da mesma e o pouco conhecimento de recursos tecnológicos). 	
<p>Artigo 2: O sentido do trabalho docente na educação infantil em tempos de pandemia da Covid -19 (Bahia)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Condições de acesso, ferramentas e qualidade para a realização das atividades pelas crianças em suas famílias; - Dificuldades de manuseio de aparelhos e plataformas digitais pelos professores e familiares; - Falta de formação continuada para os professores. 	<p>Evidenciou a dificuldade dos profissionais em dar sentido ao trabalho docente na Educação Infantil em tempos de pandemia da Covid-19. Constataram a necessidade de tempo e planejamento coletivo para a realização de um trabalho sério e coeso, e que respeite o direito à educação das crianças.</p>
<p>Artigo 3: Um olhar sensível para a educação infantil durante o ensino remoto (Distrito Federal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação em manter o vínculo das crianças com a escola e viabilizar um canal de diálogo com as famílias; - Formação docente sobre ferramentas tecnológicas; - As atividades planejadas pensadas para oportunizar experiências significativas e contextualizadas para as crianças; - Limitação de acesso da família aos recursos tecnológicos; - Realização da avaliação participativa com a ajuda da família. 	<p>Mesmo com os inúmeros desafios, o ensino remoto mostrou que é necessária a continuidade da utilização de recursos tecnológicos para aproximar cada vez mais a família e a escola.</p>
<p>Artigo 4: Educação infantil de modo remoto? Como assim? (Campo Grande/ MS.).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação de tempo e recursos pedagógicos e tecnológicos da família para acesso e realização das atividades; - Estudos e formação continuada; 	<p>O ensino remoto se afasta infinitamente do ideal para o universo de desenvolvimento e aprendizado adequados para as crianças da Educação Infantil. Não há efetividade/qualidade quando as interações estão ausentes, quando o</p>

		professor não está presente, quando as limitações dos ambientes, dos materiais e do tempo são a conjuntura.
Artigo 5: Educação Infantil e ensino remoto: O planejamento potencializando as experiências no contexto familiar (Novo Hamburgo/ RS.).	- Foco no planejamento, na metodologia, na BNCC, nos registros e na avaliação; - Formação de professores; - Utilização de materiais não estruturados que as famílias geralmente possuem.	A pandemia revolucionou o fazer pedagógico e solicitou a reinvenção de novas práticas, moldadas às necessidades das famílias, das crianças e do momento. Acreditam, os professores, que a utilização dessas novas ferramentas permanecerá no retorno ao ensino presencial, sendo estes recursos facilitadores para o trabalho pedagógico e na aproximação da escola com as famílias.

Constatou-se, nesse cruzamento das informações que os recursos e plataformas utilizadas no ensino remoto foram basicamente os mesmos: whatsApp, Google Meet e materiais impressos. Da mesma forma, quatro das experiências evidenciaram a dificuldade da família frente aos recursos tecnológicos e digitais para a realização e devolução das atividades. Todas as experiências ressaltaram a necessidade e a realização de formação dos professores relacionada ao uso dos recursos e das plataformas digitais. Juntamente, todas as escolas apresentadas nos artigos, evidenciaram as desigualdades sociais, econômicas e culturais entre as famílias.

De outra forma, há considerações diferentes entre as experiências relatadas. A permanência dos recursos tecnológicos após o retorno presencial, foi apresentado nas escolas do Distrito Federal e de Novo Hamburgo; a não qualidade do ensino remoto na Educação Infantil foi fortemente destacado nas escolas do Ceará e de Campo Grande/ MS.

5 CONCLUSÃO

As conclusões ora expostas resultam da análise de experiências de ensino remoto no período e contexto da pandemia de Covid-19, encontradas em artigos disponíveis no aplicativo Google Acadêmico. Os artigos analisados foram de pesquisas e relatos de experiências realizadas nos Municípios de Quixadá, Ibaretama e Itapiúna/ Ceará, no Litoral Sul da Bahia, em escolas públicas do Distrito Federal, na Rede Municipal de Campo Grande/MS e, em Novo Hamburgo/ RS. As categorias analisadas foram: título do artigo, autores, objetivos, tipo de pesquisa, público alvo, formato das aulas, dificuldades, resultados do ensino remoto, conclusão da pesquisa ou relato de experiência.

O objetivo geral desse estudo foi o de analisar experiências remotas organizadas na Educação Infantil, no contexto da pandemia da COVID-19, verificando as formas de organização, dificuldades encontradas bem como, resultados e conclusões. Para atendê-lo, concluiu-se que:

- a) A COVID-19 trata-se de uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), com sintomas transmissíveis que proliferam gradativamente para uma insuficiência respiratória. Em todo o território brasileiro e no estado do Rio Grande do Sul não foi diferente, os governos instituíram decretos que promoveram a paralização total de todas as empresas, instituições, estabelecimentos e as redes de ensino públicas e privadas em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, recomendando medidas preventivas extremamente necessárias, como o isolamento social, a higienização das mãos com álcool em gel e o uso de máscaras, dentre outras medidas não menos importantes;
- b) A legislação vigente recomendou que as escolas infantis, públicas e privadas, ficassem dispensadas do controle de frequência. E, para as orientações aos pais e responsáveis das crianças (0 a 5 anos) sugeriu atividades de estímulo, leitura de textos pelos adultos, brincadeiras, jogos, músicas infantis, desenho, e até algumas atividades em meios digitais quando for possível.
- c) As experiências de ensino remoto apresentadas nos artigos selecionados para análise possibilitaram conhecer e compreender, no cruzamento de suas informações, que os recursos e plataformas utilizadas no ensino remoto foram basicamente as mesmas, quais sejam: whatsapp, Google Meet e materiais

impressos; todas as experiências ressaltaram a necessidade da realização de formação dos professores relacionada ao uso dos recursos e das plataformas digitais neste período de pandemia; todas as escolas apresentadas presentes nas experiências, evidenciaram as desigualdades sociais, econômicas e culturais entre as famílias e a dificuldade (da família) frente ao uso dos recursos tecnológicos e digitais para a realização e devolução das atividades.

- d) Constatou-se considerações distintas entre as experiências relatada, dentre elas: a permanência dos recursos tecnológicos após o retorno presencial, apresentada pelas escolas do Distrito Federal e de Novo Hamburgo; a não qualidade do ensino remoto na Educação Infantil foi fortemente destacada nas escolas do Ceará e de Campo Grande/ MS.

Fica claro, diante do exposto, que o desenvolvimento da prática docente na Educação Infantil no período da pandemia da Covid-19, ressaltou a necessidade e o esforço que as instituições de Educação Infantil fizeram para atender, mediante tantas dificuldades, as orientações normativas, a continuidade de forma remota do trabalho pedagógico e a necessidade da mediação da família em todo esse processo. O esforço foi mútuo, família e escola.

Antes de encerrar o presente estudo, ocorre-me uma nova motivação para estudos futuros, a mim, ou a colegas que por ventura lerão (e torço para que o façam) este Trabalho de Conclusão de Curso: verificar a reorganização das escolas de Educação Infantil pós-pandemia, junto aos professores e gestores. Fica minha vontade e o convite aos queridos colegas.

REFERÊNCIAS

BENDER, Caroline Scholl Ribeiro; HEMING, Cristiane; ROCHA, Franciéle da; SILVA, Luana Vanessa da; SILVA, Natália Correia da. **Educação Infantil e ensino remoto: o planejamento potencializando as experiências no contexto familiar.**

Disponível em:

https://www.novohamburgo.rs.gov.br/sites/pmnh/files/secretaria_doc/2021/Artigo.

Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. Brasília, 2020a. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, 2020a.

Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf. Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020.** Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167141-rcp002-20/file>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-MS.htm. Acesso em 05 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARVALHO, Ana Paula Barros; MOURA, Gleuze Pereira Marino. **Um olhar sensível para a educação infantil durante o ensino remoto**. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/18172>. Acesso em: 13 set. 2021.

GATTI, Bernardete A. **Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxjh/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDONÇA, M. (2010). **A inclusão dos "home-officers" no setor residencial no município de São Paulo** (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, SP, Brasil). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=3419192&pid=S1413-389X201500020001300019&lng=pt. Acesso em: 20 jun. 2021).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, Aline dos Santos; QUEIROZ, Ravyla Graziela Lemos de; ARAÚJO, Sandy Alves Flor de. **Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil: dificuldades e possibilidades**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos>. Acesso em: 13 set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Coronavírus**. Porto Alegre: Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 20 jun. 2021.

SANTOS, Myrna Wolff Brachmann dos; OLIVEIRA, Thais Wolff Brachmann de. **Educação Infantil de modo remoto? Como assim?** In: Revista Educação Pública, v. 21, nº 37, 5 de outubro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/37/educacao-infantil-de-modo-remoto-como-assim>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, Roziane Aguiar dos; VIEIRA, Emilia Peixoto; MOREIRA, Maricélia de Souza Pereira. **O sentido do trabalho docente na educação infantil em tempos de pandemia da Covid -19**. In: Revista Latino-Americana de Estudos Científico. v. 02, n.10, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36238>. Acesso em: 13 set. 2021.

SENHORAS, Martins Elói. **Ensino remoto e a pandemia de covid-19**. 1. Ed. Boa Vista: IOLE, 2021. vol. 89.

VILELA, C. S. M; FREITAS, S. R. S. **Educação infantil e suas especificidades: a importância da família na escola para o desenvolvimento das crianças**. Gurupá, PA. 2015, 69 f. Monografia (graduação) - Curso de Pedagogia, 2015. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/494/4/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20E%20SUAS%20ESPECIFICIDADES.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.